



PORTUÁRIOS UNIDOS EM MOBILIZAÇÃO NACIONAL

ASSEMBLEIA TERÇA-FEIRA, 24/01, ÀS 20 HORAS

O CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO DETERMINANDO A REALIZAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIA DIA 24 E POSSÍVEL PARALISAÇÃO DIA 08 DE FEVEREIRO FOI DECIDIDO DURANTE ENCONTRO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PORTUÁRIOS, AQUI EM SANTOS. REPRESENTANTES DE QUASE TODOS OS PORTOS ADMINISTRADOS POR COMPANHIAS DOCAS ESTIVERAM REUNIDOS E DELIBERARAM POR PRESSIONAR O GOVERNO EM PROL DO PORTUS, PELA REESTRUTURAÇÃO DAS COMPANHIAS DOCAS E PELA ASSINATURA DOS ACORDOS COLETIVOS

Toda a categoria está convocada para a **assembleia na próxima terça-feira, 24 de janeiro, às 20 horas**, na sede do SINDAPORT. Vamos decidir sobre a paralisação de 24 horas para cobrarmos **a assinatura do acordo coletivo, a gestão profissional dos portos e a solução para o Portus**. A assembleia será realizada em conjunto por todos os sindicatos representantes de trabalhadores das Companhias Docas.

Apesar de toda a mobilização realizada no ano passado, e até greve realizada por nós aqui de Santos, o Governo ainda não autorizou a assinatura dos acordos coletivos em nenhum porto.

Diante desse impasse em nossa Campanha Salarial, defendemos mais uma vez a gestão profissional e autonomia para as Companhias Docas.

As empresas devem promover uma verdadeira e eficaz reestruturação administrativa, investir em seus profissionais de carreira e criar um setor de Recursos Humanos capaz de entender as peculiaridades de cada porto e as reivindicações da categoria. Leia mais na página 03



Em 2008, estivemos reunidos em assembleia sobre a situação do Portus; agora novamente contamos com a categoria mobilizada

EDITORIAL

Secretaria Especial de Portos abandona trabalhadores

Em pelo menos uma questão nós, trabalhadores, e empresários portuários compartilhamos a mesma opinião: o possível fim da SEP (Secretaria Especial de Portos) enquanto ministério vai causar um retrocesso no setor, que desde o ano passado vem andando aos trancos e barrancos.

Para quem não lembra, a ideia de ter a SEP nasceu aqui em Santos, como fruto da mobilização dos trabalhadores que levaram essa reivindicação ao então deputado federal Marcio França, que em 2007 iniciava seu primeiro mandato na Câmara Federal.

A criação da SEP foi concretizada em setembro de 2007, após ser aprovada pelo Congresso Nacional e a lei 11.518 ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante pouco mais de três anos, o então ministro de Portos, Pedro Brito, soube atender grande parte dos pleitos dos trabalhadores, ouvindo a categoria e estando presente nos portos.

No entanto, com a entrada da presidente Dilma Roussef e a mudança do comando da SEP para Leônidas Cristino vimos tudo o que foi construído desmoronar. No ano passado, ao iniciarmos nossa negociação da Campanha Salarial começamos uma verdadeira "batalha" com a Codesp e com o Governo.

Só sentamos para expor em reunião nossas reivindicações quase quatro meses após a nossa data-base. A própria Codesp não cumpriu o calendário de negociação que há anos acompanhamos e ao fazer uma proposta salarial, foi desautorizada pelo Governo a cumpri-la. Se não bastassem os problemas na negociação salarial, e aí não é só aqui em Santos, já que todos os portos encontraram dificuldade para negociar com sua Companhia Docas, o Governo vem e faz a intervenção no Portus.

O pior é que enfrentamos todas essas dificuldades sem que o ministro de Portos, Leônidas

Cristino, tenha sequer avisado ou conversado com os trabalhadores para dar uma satisfação ou, no caso do Portus, tentar uma solução antes da intervenção.

Sentimos que os trabalhadores estão cada vez mais abandonados pela SEP. Até entendemos que o titular da pasta tem pouco ou nenhum conhecimento do setor. A trajetória de Leônidas inclui os cargos de secretário de Transportes, Energia, Comunicações e Obras do Estado do Ceará, secretário de Obras da Prefeitura de Sobral, prefeito de Sobral e deputado estadual. Ou seja, podemos afirmar que o envolvimento do ministro com o setor portuário é pífi.

Porém, nós trabalhadores não podemos ser prejudicados pelo total desconhecimento ou falta de vontade do comandante da SEP. Por isso, toda a categoria está nacionalmente mobilizada e, se preciso for, vamos cruzar os braços dia 08 de fevereiro.

A Diretoria

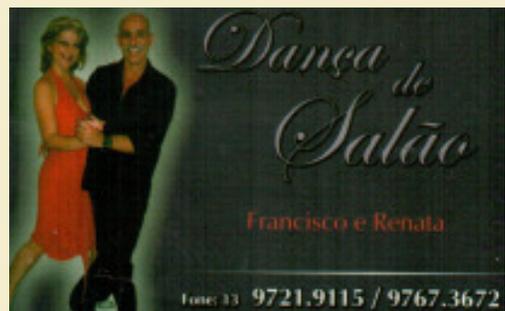
Dança de Salão para associados do SINDAPORT

Associados podem participar das aulas de dança de salão promovidas pelos professores Francisco (associado do SINDICATO) e Renata, no Centro Comunitário São Judas Tadeu, no Marapé, em Santos.

TERÇA-FEIRA - das 19h30 às 20h30 - Iniciantes
das 20h30 às 21h30 - Avançados

QUINTA-FEIRA - das 19h30 às 20h30 - Iniciantes
das 20h30 às 21h30 - Intermediários

SEXTA-FEIRA - das 19h30 às 20h30 - Forró e Bolero/Iniciante casal
das 20h30 às 21h30 - Samba e Soltinho/Iniciante casal



EXPEDIENTE: Jornal dos Portuários é uma publicação do Sindaport, localizada à rua Júlio Conceição, 91, Vila Mathias, Santos, SP. Telefone (13) 4009-0300 - E-mails: presidente@sindaport.com.br e secretaria@sindaport.com.br = **Presidente:** Everandy Cirino dos Santos; **Vice-Presidente:** João de Andrade Marques; **Secretário-Geral:** Valdir Pfeifer da Silva Jr.; **1º Secretário:** Luiz Roberto Gomes; **2º Secretário:** David da Silva; **1º Tesoureiro:** Aginaldo Alvares Rodrigues; **2º Tesoureiro:** Luiz Carlos dos Santos; **Diretor Jurídico:** Antonio Mendes Filho; **Diretor de Patrimônio:** Eduardo F. Herrera; **Diretor Social:** Ricardo Fernandes - **Jornalista Responsável:** Gisele de Oliveira - Mtb 28.641 - **Redação, edição, diagramação e fotos:** Gisele de Oliveira - Tiragem: 4.500 exemplares - Impressão: Diário do Litoral

Assembleia vai definir mobilização em defesa do Portus, pela reestruturação das Companhias Docas e pela assinatura de nosso acordo coletivo

A situação do Portus, a falta de assinatura de nosso acordo coletivo e a reivindicação por uma gestão profissional nas Companhias Docas. Estes são os três assuntos que serão abordados em assembleia na próxima terça-feira, 24 de janeiro, às 20 horas, na sede do SINDAPORT.

A Federação Nacional dos Portuários já encaminhou à Secretaria Especial dos Portos (SEP) documento reivindicando o fim da intervenção no Portus, iniciada em agosto de 2011.

O relatório parcial, apresentado pelo interventor do Portus, recomenda a liquidação e o desmembramento do fundo, de forma que cada Companhia Docas custeie seus próprios participantes no fundo. No entanto, o relatório não prevê o pagamento dos débitos da União e das patrocinadoras, estimados em R\$ 4 bilhões. A dívida da União, da época da antiga Portobrás que foi extinta em 1990, é de R\$ 1,2 bilhão.

Ou seja, pelo relatório, mais

uma vez o trabalhador portuário será prejudicado enquanto quem realmente deveria ser responsabilizado pela atual situação do Portus nada sofrerá.

Queremos que o Governo Federal libere os R\$ 150 milhões referentes à última parcela dos R\$ 400 milhões, autorizados pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2008, mais precisamente no dia 10 de julho, ficou estabelecido que as primeiras remessas dos R\$ 400 milhões assegurados pelo Presidente Lula para pagamento das dívidas das Companhias Docas para com o Portus seriam feitas em outubro deste 2008 e em abril de 2009, nos montantes de R\$ 90

milhões e R\$ 160 milhões, respectivamente.

Infelizmente, o dinheiro só foi liberado três anos depois desse anúncio: R\$ 250 milhões foram autorizados em duas parcelas nos meses de setembro e outubro de 2011.

Não sabemos mais em quem confiar. As promessas feitas pelos interventores e pela própria Secretaria Geral da Presidência não foram cumpridas.

Quando estivemos nos gabinetes dos órgãos governamentais, logo após o anúncio da intervenção, fomos informados que o objetivo do Governo seria a recuperação do fundo de pensão dos trabalhadores portuários, e não sua liquidação.

ACORDO COLETIVO

Outro assunto que vamos abordar na assembleia é a assinatura do acordo coletivo por parte das Companhias Docas. A data-base de todos os trabalhadores portuários, empregados das Companhias Docas, é 1º de junho. Porém, até agora o Governo só fez promessas e não autorizou a assinatura do acordo coletivo em nenhum porto. Nós, aqui de Santos, fomos os únicos que realizamos greve de 24 horas, em 21 de novembro, em razão do não cumprimento da proposta salarial apresentada pela Codesp.

GESTÃO PROFISSIONAL

Também vamos debater na assembleia que mais uma vez vamos reivindicar ao Governo que as Companhias Docas sejam administradas por pessoas que tenham envolvimento e conhecimento do setor portuário. Vamos defender também, mais uma vez, que as empresas tenham autonomia para analisar, principalmente, as questões que envolvem o trabalhador.

CAMPANHA SALARIAL

Codesp recorre contra decisão de dissídio coletivo

Um dia após a publicação do acórdão de nosso dissídio coletivo, que ocorreu em 11 de janeiro, a Codesp rapidamente entrou com recurso contestando a decisão do Tribunal Regional do Trabalho.

No julgamento de nosso dissídio coletivo, o TRT considerou que nossa greve, realizada em 21 de novembro, não foi abusiva. O Tribunal determinou ainda o pagamento do dia parado e concedeu à categoria estabilidade de 90 dias.

O Tribunal determinou também que a Codesp retire a cláusula que impõe diferenciação na concessão de benefícios sociais aos trabalhadores, como o pagamento de gratificações,



Nossa Campanha Salarial foi marcada por assembleias lotadas

anuênios e quinquênios.

AUXÍLIO-EDUCAÇÃO

Já em relação ao auxílio-educação, uma de nossas principais reivindicações, o TRT não se pronunciou quanto ao mérito, salientando que a matéria é de alçada exclusiva de

negociação entre a Codesp e nosso SINDICATO.

O não pronunciamento do Tribunal sobre o auxílio-educação provocou uma certa frustração, na medida em que esse benefício já é concedido em outros portos e era esperado com grande ansiedade pela categoria.

ASSEMBLEIA TERÇA-FEIRA, 24/01, ÀS 20 HORAS, NO SINDICATO.

Informe Publicitário

OSANSEG oferece empréstimo consignado aos associados



Essa é mais uma vantagem que o SIN-

DAPORT em parceria com a **OSANSEG CORRETORA DE SEGUROS** oferece aos funcionários da **Codesp**.

As taxas de juros estão entre as menores do mercado e os prazos de pagamento são bem

flexíveis. Enfim, as condições ideais para você ter dinheiro na mão sempre que precisar.

Documentos necessários:

- Documento de Identidade;
- CPF;
- Três últimos Contracheques / Holerites;
- Comprovante de Residência;
- Comprovante Bancário (pode

ser uma cópia da folha do cheque, do cartão do banco ou o cabeçalho do extrato bancário).

CONSULTE NOSSAS CONDIÇÕES!

Informações pelos telefones:

- São Vicente: 3468-8585.
- Santos: 3228-8001.
- Praia Grande: 3495-3074.
- Itanhaém: 3422-4542.

CODESP

TRT dá ganho de causa ao SINDAPORT em ação contra a Codesp

O Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de causa ao SINDICATO, atribuindo-nos a legitimidade para defender em juízo os interesses individuais dos empregados da Codesp, quando representados pelo SINDAPORT. Isso significa que nosso SINDICATO poderá ser o substituto processual em ação coletiva instaurada contra a Companhia Docas.

Neste processo, nós reivindicamos a isonomia no reajuste salarial concedido pela Codesp em 2010 a um seletivo grupo de empregados, formado por diretores,

superintendentes e secretárias, numa ação jamais vista dentro da empresa enquanto estatal.

Com o aval da Secretaria Especial de Portos e do Ministério do Planejamento, o exclusivo grupo obteve cerca de **80% de aumento**, enquanto pouco mais de 6% foi destinado a nós, empregados.

Apesar dos pleitos do SINDICATO, a Codesp não aceitou negociar um aumento semelhante aos trabalhadores e por isso nós, imediatamente, impetramos ação trabalhista contra a empresa.

Infelizmente, em primeira

instância não obtivemos êxito, já que o juiz da 3ª Vara do Trabalho de Santos entendeu que nosso pleito deveria ser feito pelos empregados por meio de ações individuais.

Porém, nós entramos com recurso ordinário no Tribunal Regional do Trabalho, que revogou a sentença proferida pela 3ª Vara do Trabalho de Santos, reconhecendo a legitimidade do SINDICATO para defender a categoria. O relator, juiz José Rufollo, determinou ainda que o processo retorne à vara de origem, em Santos, para o julgamento do mérito.

Dia 08 de fevereiro, às 9 horas, tem Café da Manhã do Aposentado

A cada mês, mais associados participam de nosso Café da Manhã. Em fevereiro, nosso encontro será dia 08 e em março, dia 07. Diante do crescente número de participantes, nosso café da manhã tem sido organizado no auditório do SINDICATO. Nosso objetivo é reunir os antigos companheiros de Docas e fazer desse café um ponto de encontro tradicional em nossa Entidade.



ASSEMBLEIA TERÇA-FEIRA, 24/01, ÀS 20 HORAS, NA SEDE DO SINDICATO. PARTICIPE !

Após denúncia do SINDAPORT, MP vai investigar por que Codesp não reajusta tarifas há seis anos

Foto: Tadeu Nascimento/PMS



O CAP - Conselho de Autoridade Portuária - não autoriza o reajuste das tarifas do Porto de Santos, que estão defasadas há seis anos

Solicitamos interferência do Ministério Público para que investigue os motivos pelos quais há seis anos a Codesp não reajusta suas tarifas portuárias e por esse motivo vem dilapidando seu patrimônio para cobrir a defasagem da tarifa operacional.

A Tarifa Portuária está sem reajuste desde 01 de maio de 2005, (aumento de 22,67%). Porém, o setor técnico já elaborou diversos trabalhos demonstrando a necessidade de aumento. Segundo apuramos, o último trabalho realizado aponta a necessidade de uma

correção de aproximadamente 60% nas tarifas do Porto de Santos para cobrir a defasagem dos últimos anos e o aumento dos custos para os próximos três anos.

Mas esse reajuste seria aplicado de forma parcelada em três anos, sendo, 20% a cada ano, porém, a partir do primeiro reajuste, os demais já não ficariam previamente determinados, necessitando de futuros estudos de evolução nos custos.

Porém, mesmo assim, o Conselho de Autoridade Portuária, colegiado dominado pelos ope-

radores e usuários do Porto, não homologa o reajuste nas tarifas, ou seja, os mesmos que pagam pelos serviços portuários são aqueles que aprovam as tarifas da Codesp.

Outro importante fator para o reajuste das tarifas é que, em razão dessa defasagem, a Codesp vem gastando os recursos da empresa auferidos por sua tarifa patrimonial, (arrendamentos, aluguéis.), o que acarreta prejuízos ao seu patrimônio, como também, limita o poder de investimentos em mais infraestrutura no Porto de Santos.

A Federação Nacional dos Portuários deve se reunir nos próximos dias com Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, em Brasília. Queremos uma solução para o Portus, que está sob intervenção do Governo desde agosto do ano passado. O relatório preliminar, emitido em novembro passado pelo interventor José da Silva Crespo Filho, aponta que, sem o aporte financeiro, o Portus poderá falir.